

ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS ENFRENTADOS POR DOCENTES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

Amanda Luzia da Cruz Sandoval¹
Larissa Silva Freire Spinelli²
Jackeline Nascimento Noronha da Luz³

RESUMO

O presente trabalho analisa os desafios enfrentados por professoras no período de isolamento social no processo de alfabetização de crianças do 1º ano do ensino fundamental - anos iniciais. Buscamos por meio de um estudo de caso, realizado em uma escola municipal na cidade de Várzea Grande, localizada no estado de Mato Grosso. Para alcançar o objetivo geral elencamos como específicos: compreender o processo de alfabetização no contexto pandêmico por meio de estudos bibliográficos; realizar revisão de literatura no GT 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita e analisar os artigos produzidos sobre a alfabetização no contexto pandêmico; analisar a fala de professoras da rede pública de ensino de Várzea Grande que trabalharam com turmas de 1º ano do ensino fundamental - anos iniciais. Metodologicamente realizamos um estudo exploratório com aplicação de questionário com duas professoras da rede municipal de ensino; levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre alfabetização e pandemia. Compreende-se que esta mudança de ensino presencial para ensino remoto afetou todos os envolvidos, de diferentes formas, e vários foram os desafios advindos, como por exemplo: falta de acesso à internet, pouco estímulo familiar, dentre outros. Entretanto, os protocolos precisavam ser cumpridos e esses cuidados foram necessários para cuidar da vida das pessoas, sendo assim, os recursos pedagógicos utilizados no processo de escolarização das crianças foram adaptados e todos foram atingidos de modo a dar sequência nas rotinas escolares para não prejudicar ainda mais os alunos.

Palavras-chave: Covid-19. Desafios na educação. Ensino fundamental. Pandemia.

ABSTRACT

The present work analyzes the challenges faced by teachers in the period of social isolation in the literacy process of children in the 1st year of elementary school - initial years. We searched through a case study, carried out in a municipal school in the city

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande.

² Doutora em Estudos Interdisciplinares de Cultura pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente do curso de Pedagogia do UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande. Orientadora.

³ Pós-doutorado em educação – UNEMAT. Coordenadora e docente do curso de Pedagogia do UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande. Co-orientadora.

of Várzea Grande, located in the state of Mato Grosso. To achieve the general objective, we listed as specific: understanding the literacy process in the pandemic context through bibliographic studies; carry out a literature review in WG 10 – Literacy, Reading and Writing and analyze the articles produced on literacy in the pandemic context; to analyze the speech of public school teachers in Várzea Grande who worked with classes in the 1st year of elementary school - early years. Methodologically, we carried out an exploratory study with the application of a questionnaire with two teachers from the municipal education network; bibliographic survey and literature review on literacy and the pandemic. It is understood that this change from face-to-face teaching to remote teaching affected everyone involved, in different ways, and there were several challenges, such as: lack of internet access, little family stimulation, among others. However, the protocols needed to be complied with and these precautions were necessary to take care of people's lives, therefore, the pedagogical resources used in the children's schooling process were adapted and all were reached in order to continue the school routines so as not to harm even more the students.

Keywords: Covid-19. Challenges in education. Elementary School. Pandemic.

INTRODUÇÃO

No ano de 2019, se iniciou a epidemia de COVID-19 em Wuhan, na China, o que levou as comunidades a entrarem em estado de alerta, pois uma possível pandemia poderia ser iniciada. Na América Latina, o primeiro caso foi registrado no Brasil em 25 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Saúde (BRASIL), e, em 17 de março, a primeira morte por Covid-19 foi registrada no Brasil. Até a data de 29/03/2023, foram confirmados 37.145.514 casos e 699.634 mortes em decorrência da doença, segundo o boletim diário da Organização Mundial da Saúde (OMS). Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020.

O vírus foi registrado em mais de 180 países ao redor do mundo e, devido ao grande crescimento de contaminação pela doença, as autoridades governamentais adotaram diversas estratégias, para, assim, tentar reduzir o ritmo da progressão da doença, sendo algumas delas: o distanciamento e o isolamento social a fim de se evitar a propagação em massa nas pessoas, o que acabou por afetar muitos setores, inclusive, o educacional.

No mês de março de 2020, no Brasil, as escolas de ensino público e privado adotaram uma medida de fechamento das portas e suspensão das aulas, de modo temporário, com o intuito de diminuir a propagação do número de casos. Ainda que o cenário escolar seja de grande importância para um bom desenvolvimento educacional, fora uma medida necessária, visto que os números de casos de

contaminação estavam aumentando diariamente, e conseqüentemente o número de mortes.

Na atual sociedade letrada em que vivemos, a importância da alfabetização e seu papel na vida das pessoas é cada vez mais crucial e precisa ser estudado e desenvolvido de forma significativa e relevante, o que gera um desafio para os (as) professores (as) que ensinam a língua escrita. E, durante o período atual de 2020, que consiste na suspensão das aulas presenciais e na adoção de aulas remotas online, este desafio se tornou ainda mais difícil para os (as) docentes, assim como para os (as) próprios (as) alunos e seus familiares.

Dessa forma, buscamos por meio de um estudo de caso, realizado em uma escola municipal na cidade de Várzea Grande, localizada no estado de Mato Grosso, **analisar os desafios enfrentados por professoras no período de isolamento social no processo de alfabetização de crianças do 1º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.**

Para alcançar o objetivo geral elencamos como específicos: compreender o processo de alfabetização no contexto pandêmico por meio de estudos bibliográficos; realizar revisão de literatura no GT 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita e analisar os artigos produzidos sobre a alfabetização no contexto pandêmico; analisar a fala de professoras da rede pública de ensino de Várzea Grande que trabalharam com turmas de 1º ano dos anos iniciais do ensino fundamental na EMEB Profª Salvelina Ferreira da Silva.

Partindo do exposto acima o estudo levanta a seguinte problemática: Quais desafios enfrentados por professoras no processo de alfabetização de crianças durante o contexto pandêmico?

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Metodologicamente utilizou-se da pesquisa qualitativa de cunho exploratório, sendo desenvolvida em duas etapas: pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e estudo de caso.

De acordo com o autor Denzin e Lincoln (2006):

A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 17)

Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e características dos elementos que o envolvem.

Já no que se refere ao critério de pesquisa exploratória, a autora Lourdes Meireles Leão leciona:

A pesquisa exploratória visa proporcionar maiores informações sobre um assunto investigado, familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão desse, a fim de poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses. Pode ser também o passo inicial em um processo de pesquisa. Os estudos exploratórios conduzem apenas a hipóteses, não verificam, nem demonstram. (LEÃO, 2017, p. 77).

No que se refere ao estudo de caso, trata-se de um método de pesquisa sobre um assunto em específico, expondo e analisando dados concretos e reais, permitindo aprofundar o conhecimento sobre ele e, assim, oferecer contribuição para novas investigações sobre a determinada temática.

Para Gil (2002), p. 141):

Pode-se dizer que, em termos de coletas de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto de papel. Com efeito, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise dos documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos (GIL, 2002, p.141).

Portanto, a metodologia da pesquisa seguiu as seguintes etapas:

a) Levantamento bibliográfico: de início, foi feito o levantamento de pesquisas em artigos, livros, sites, documento da BNCC, e principalmente sobre a Alfabetização no contexto da pandemia. Considerando que esta é uma questão atual, como base para a presente pesquisa, foi realizada a leitura de referenciais teóricos para fornecer elementos para a interpretação dos resultados. Clóvis Trezzi (2021), para análise da educação pós pandemia a partir da desigualdade educacional. Freire (1983), para entender a necessidade da alfabetização e a sua importância para a vida escolar dos alunos no ciclo de alfabetização.

b) Revisão de literatura: realizamos levantamento de 7 artigos publicados e apresentados na ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no GT 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita, do ano de 2021. O ano foi escolhido por ser o período do contexto pandêmico.

c) Pesquisa Exploratória: Foram feitas duas entrevistas com duas professoras da EMEB Profª Salvelina Ferreira da Silva, uma escola pública municipal de Várzea Grande- MT. O instrumento utilizado foi uma entrevista (questionário) com

perguntas semiestruturadas, encaminhado por e-mail, na Figura 1 temos as questões aplicadas. Após a entrevista, foi feita a análise e a discussão dos resultados a partir dos dados coletados, A fala das professoras está identificada como Docente (A) e Docente (B), respeitando a privacidade das participantes.

Figura 1. Questionário aplicado com as docentes

QUESTÕES
1- Selecione abaixo, o grau de formação que você possui.
Magistério ()
Graduação ()
Mestrado ()
Doutorado ()
2- Selecione abaixo, seu tempo de experiência como docente.
De 1 a 5 anos ()
De 6 a 10 anos ()
De 11 a 15 anos ()
Mais de 15 anos ()
3- Selecione abaixo, seu tempo de experiência como docente na Alfabetização (1º ano).
De 1 a 5 anos ()
De 6 a 10 anos ()
De 11 a 15 anos ()
Mais de 15 anos ()
4- Qual série do ensino fundamental a qual lecionou no período da Pandemia.
1º ano ()
2º ano ()
3º ano ()
Outro:
5-Em sua opinião, com as aulas remotas foi possível consolidar o processo de alfabetização? Explique.
Resposta:
6-Quais os desafios enfrentados por você PROFESSORA para realizar a alfabetização das crianças no período da pandemia?
Resposta:

O artigo está organizado da seguinte maneira: no primeiro tópico, intitulado **“Os impactos da pandemia da COVID-19 na alfabetização – uma análise contextual”** apresentamos dados do IBGE/Pnad Contínua levantados no período de 2020-2021 que retrata quantitativamente os impactos da pandemia no processo de alfabetização; no segundo tópico **“A Alfabetização no contexto pandêmico – uma revisão de literatura na ANPED – GT 10”** apresentamos a revisão de literatura de artigos produzidos que analisam a alfabetização e os desafios desse processo no contexto pandêmico; e no terceiro **“Desafios no processo de alfabetização no contexto pandêmico – breve relato de experiência de duas professoras”** analisamos as respostas dos questionários aplicados com docente da rede municipal.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ALFABETIZAÇÃO – UMA ANÁLISE CONTEXTUAL

A alfabetização é uma etapa do processo educacional e social na formação de cidadãos. Idealmente, ela ocorre por volta dos seis aos oito anos, e é ministrada por

profissionais da educação. Com a pandemia, muitos pais tiveram que assumir parte dessa responsabilidade. É de fato um processo lento, um processo que envolve a elaboração de hipóteses. E o professor também precisa de muito estudo para fazer com que essa criança avance.

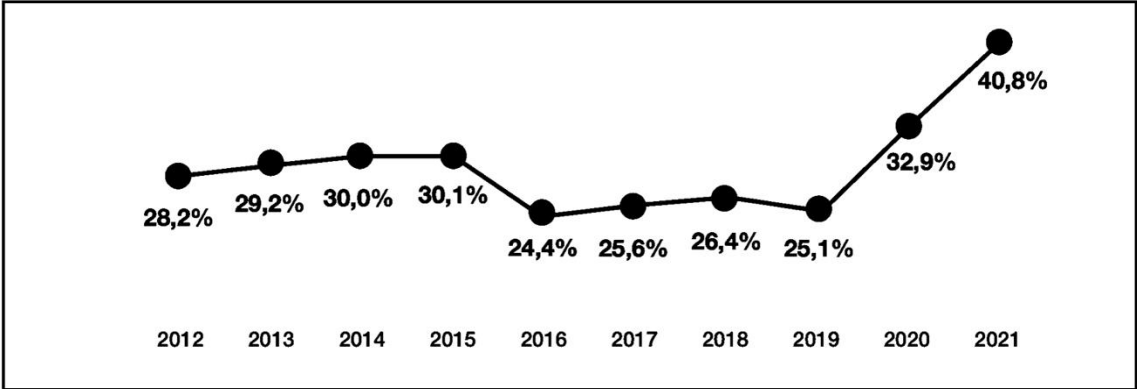
Fora do contexto pandêmico, a alfabetização acontece com referência a partir da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) feita pelo MEC (Ministério da Educação). A partir de 2020, professores tiveram de realizar adaptações para o modelo online. O grande desafio foi se adaptar sem que o desenvolvimento de escrita e de leitura das crianças fosse comprometido.

Há uma nota técnica denominada Impactos da pandemia na alfabetização de crianças, que tem como objetivo apresentar impactos já observáveis da pandemia da Covid-19 na alfabetização de crianças brasileiras de 6 e 7 anos de idade. A idade é calculada com base na data de referência 31 de março de cada ano, exceto os casos em que não há informações sobre data de nascimento (dia, mês e ano). Nestes casos, utiliza-se a idade declarada. Essa nota produzida pela ONG Todos Pela Educação com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2012 a 2021, compara os dados e revela uma realidade preocupante: entre 2019 e 2021, o número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever aumentou em 66,3%.

Os dados da Pnad contínua comparados pela Todos pela Educação mostram que, assim como em outros âmbitos, a pandemia foi um período de perpetuação de desigualdades sociais no país. Os percentuais de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever passaram de 28,8% e 28,2% em 2019 para 47,4% e 44,5% em 2021; entre as crianças brancas o aumento foi de 20,3% para 35,1%. Já entre as crianças mais pobres, o percentual das que não haviam sido alfabetizadas aumentou de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021; dentre as crianças mais ricas, o crescimento foi de 11,4% para 16,6%.

No Gráfico 1, é possível observar a evolução desde 2012 do percentual de crianças de 6 e 7 anos que, segundo seus responsáveis, não sabem ler e escrever. Em 2020 e 2021, nota-se um aumento expressivo nessa taxa, chegando aos maiores valores nos 10 anos de acompanhamento do indicador.

Gráfico 1. Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil de 2012 a 2021.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua.

O número de crianças de 6 a 7 anos que não sabem ler e escrever, apresentado na Tabela 1 também mostra evolução de 2019 até 2021, saindo de 1,4 milhão para 2,4 milhões (aumento de 66,3%).

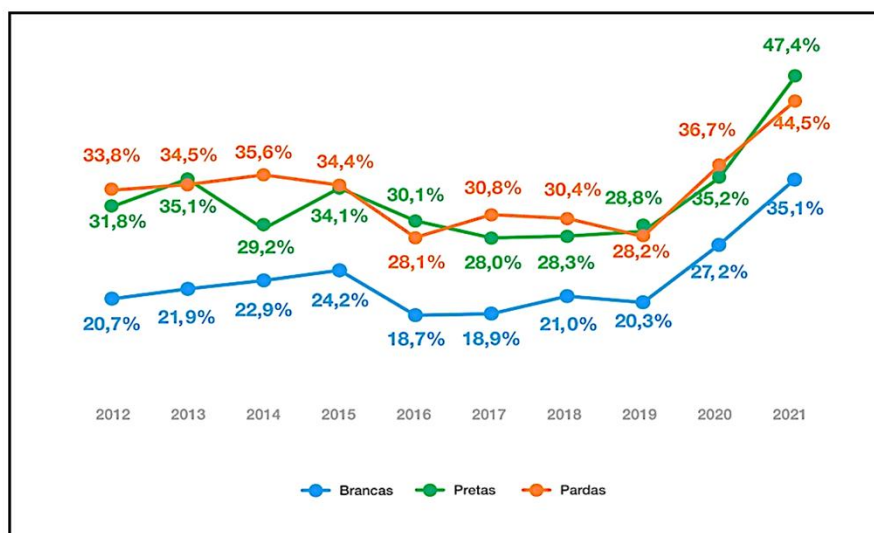
Tabela 1. Número estimado de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil de 2012 a 2021 (em milhões).

Sabe ler e escrever?	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Sim	4,4	4,3	4,2	4,1	4,5	4,4	4,3	4,3	3,8	3,5
Não	1,7	1,8	1,8	1,8	1,4	1,5	1,5	1,4	1,9	2,4

Fonte: IBGE/Pnad Contínua.

O Gráfico 2 mostra a diferença entre o percentual de crianças brancas e pretas que não sabiam ler e escrever subiu de 8,5 pontos percentuais para 12,3 entre 2019 e 2021.

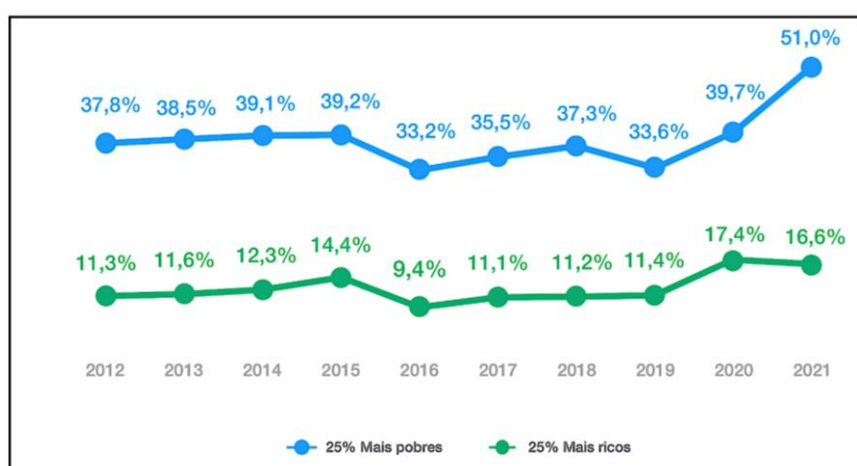
Gráfico 2. Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil (Por raça/cor, de 2012 a 2021).



Fonte: IBGE/Pnad Contínua.

Também é possível observar, no Gráfico 3, um aumento significativamente maior no percentual de crianças de 6 a 7 anos que não sabem ler e escrever dentre aquelas que residem nos domicílios mais pobres do país. Este movimento reforça que o impacto educacional da pandemia da Covid-19 é ainda mais preocupante para as crianças que se encontram em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Gráfico 3. Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil (Por quartil de renda domiciliar per capita do domicílio, de 2012 a 2021)



Fonte: IBGE/Pnad Contínua.

O processo de alfabetização, que já pode ser desafiador tanto para o professor quanto para o aluno quando realizado presencialmente, teve seu grau de dificuldade

aumentado pelo cenário de ensino à distância. A falta de acesso a computadores e à internet estável, a inexperiência de escolas que sempre operaram de forma presencial para instituir as aulas online, e as limitações inerentes ao formato digital, especialmente para crianças menores, contribuíram para esse cenário.

A autora Júlia Diefenbach (2022), afirma em uma matéria para o site Humanista:

“A pandemia afetou todos os estudantes, de todos os níveis. No entanto, o impacto sobre os estudantes em fase de alfabetização foi mais forte. A aprendizagem da leitura e escrita demanda mediações sociais e pedagógicas mais intensas e isso não era possível no ensino remoto”, explica Jefferson Mainardes, professor associado do Departamento de Educação da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e do Programa de Pós-Graduação em Educação e editor da Revista Práxis Educativa e da Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa. (DIEFENBACH, 2022, p.01)

Enfrentar esses obstáculos não foi uma tarefa fácil para os educadores, e o cenário do Brasil, em que, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 40 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, não era favorável. Maria Regina acredita que houve um esforço por parte das secretarias municipais e estaduais de educação, mas este não foi suficiente para compensar a carência dos alunos e de suas famílias. (IBGE, 2021)

Muitas secretarias de alfabetização, tanto municipais quanto estaduais, ampliaram seus recursos informáticos e enviaram para as famílias as lições em papel impresso; inclusive trataram de preparar os professores de suas escolas”, relata. Mas é fácil concluir que embora relevantes esses recursos emergenciais não foram suficientes. A consequência foi um enorme atraso, de ao menos 2 anos, na aprendizagem de um alto percentual de crianças.

Houve uma lacuna no lugar do auxílio que as escolas deveriam ter recebido durante a pandemia. De modo geral, as redes de ensino foram pouco apoiadas, uma vez que não houve uma ação coordenada pelo Ministério da Educação. Cada rede de ensino precisou enfrentar os desafios da pandemia em um contexto de caos, abandono e improvisação.

Durante todo o período pandêmico, a OMS recomendou três ações básicas para conter a disseminação do vírus, sendo elas: tratamento dos casos identificados, testes em larga escala da população e distanciamento social. Devido a isso, em portaria emitida em 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde do Brasil, declarou emergência nacional em saúde.

A partir dessa declaração, foram suspensas em todas as cidades do Brasil todo tipo de atividade escolar, onde através das portarias nº343 e nº345 foram determinadas a substituição das aulas presenciais por atividades remotas de aprendizagens durante todo o período em que durasse a pandemia. Através dos seus respectivos Conselhos de Educação/Secretarias de Educação foram formuladas maneiras de como seria possível trabalhar de forma remota com as crianças, garantindo o direito de aprendizado dos alunos de maneira com que não houvessem tantos prejuízos inerentes ao ano letivo que se iniciava.

No entanto, a educação passou por diversos problemas ao levar em consideração o curto período de tempo, para se prepararem e realizarem as aulas remotas. E além disso, o distanciamento e o fechamento obrigatório das escolas trouxeram alguns pontos importantes que não poderiam deixar de ser apontados, como por exemplo problemas relativos à saúde mental das crianças e adolescentes, além de nenhum ou precário acesso à internet e aparelhos tecnológicos que permitam a efetivação das atividades escolares ou acompanhamento de aulas online.

Sendo assim, foi necessário que as autoridades educacionais elaborassem uma maneira de minimizar os efeitos do isolamento social sobre os alunos e a educação como um todo, uma vez que os estudantes deixariam de assistir as aulas presenciais nas instituições de ensino e assistiriam de modo online, devido à falta de adequações necessárias para poderem recebê-los nas escolas.

É importante destacar que a Constituição Federal de 1988, garante que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, com vistas a alcançar os seguintes objetivos: pleno desenvolvimento da pessoa, habilitação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme se verifica pelo art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Entretanto, em tempos de pandemia, mais do que nunca, a educação foi convocada a se singularizar, a se reinventar buscando outras possibilidades pelo uso das tecnologias digitais e pela habitação nos ambientes virtuais de aprendizagem, para assim, entregar para os alunos o melhor ensino possível dentro da realidade do momento.

Ainda que o ensino remoto tenha sido regulamentado pelo Ministério da Educação (MEC) como a solução para os problemas durante a pandemia, o sistema de ensino público brasileiro não possuía estrutura para utilizar o sistema de ensino remoto de maneira imediata, trazendo à tona a necessidade de uma rápida adaptação a essa modalidade de ensino.

Sendo assim, a utilização da tecnologia digital como meio de ensino e aprendizagem passou a ser real e adaptada para todo período pandêmico, adaptada de tal maneira que os profissionais aprendessem a ministrar aulas de maneira diferente do que estávamos habituados, sem contato presencial e sem a relação professor/aluno, que é de fato extremamente importante em todas as fases.

De forma emergencial e com pouco tempo de planejamento e discussão (o que levaria meses em situação normal, professores e gestores escolares, público e privado, da educação básica a superior, tiveram que adaptar in real time (em tempo real) o currículo, atividades, conteúdos e aulas como um todo, que foram projetadas para uma experiência pessoal e presencial (mesmo que semipresencial), e transformá-las em um Ensino Remoto Emergencial totalmente experimental. Fazendo um recorte desse processo, podemos afirmar que nunca a educação foi tão inovadora. Foi a transformação digital mais rápida que se tem notícia num setor inteiro e ao mesmo tempo. (ENSINO..., 2020, n.p.).

Essas rápidas mudanças em um curto período de tempo trouxeram de maneira mais evidente as desigualdades sociais, tecnológicas e econômicas que se fazem tão presente em todas as salas de aula do Brasil. O cenário que passou a habitar nesse período trouxe uma ressignificação importante no meio escolar, onde foi possível identificar de maneira clara que a interação presencial e direta entre os alunos e professores, ou seja, o dia-a-dia, é de suma importância para o desenvolvimento das crianças.

Entretanto, para que as atividades escolares pudessem acontecer de forma adequada minimizando as dificuldades que as crianças passariam se caso não tivesse acesso a aulas durante esse período, se fez necessário uma grande parceria e colaboração de todos os envolvidos no processo educacional. Criou-se uma necessidade de que gestões, escolas, famílias e toda comunidade escolar se apoiassem para fazer com que todo esse processo desse certo.

A ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO – UMA REVISÃO DE LITERATURA NA ANPED – GT 10

Um dos fatores de grande relevância no período de adequação do ensino remoto foi a implantação da Política Nacional de Alfabetização (PNA)⁴, bem como as concepções das professoras sobre a nova política de alfabetização. Assunto que foi abordado pelos alunos da UF/Pel - Universidade Federal de Pelotas. A investigação nacional tem por objetivo pesquisar discursos e práticas de alfabetização que 1/6 são produzidos no momento da pandemia COVID-19 e analisar os desdobramentos da política nacional de alfabetização, foco de análise deste texto. (MESENBURG et al., 2021)

De acordo com o autor Arthur Gomes de Moraes:

A instituição da Política Nacional de Alfabetização (PNA) através do Decreto Nº 9.765, de 11/04/2019 (BRASIL, 2019a), foi a materialização de uma política que estava sendo articulada desde 2003 por grupos interessados em impor uma concepção única de alfabetização através da adoção do método fônico para todo o Brasil (MORAIS, 2020)

A orientação presente na PNA, que se baseia na ciência e aponta para o método fônico como o único e ideal para alfabetização, é destacado pelas professoras. Foi verificado ainda, mediante os resultados da pesquisa que as professoras discordam dos pressupostos da PNA e desenvolveram uma postura crítica e de resistência em relação ao método. De forma complementar, elas mantêm o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como a grande referência em termos de alfabetização. (MESENBURG et al., 2021)

No que tange ao ensino remoto, as atividades que mais se destacam são as atividades com caráter mais lúdico, a maioria associada à consciência fonológica, demonstrando uma grande abertura para motivar a participação das crianças (ANDRADE, et al., 2021).

Em estudos realizados por Andrade et al., (2021), acerca do ensino remoto, leciona:

A estratégia didática de utilização de recursos com viés mais lúdico na alfabetização é recorrente no ensino presencial e encontra possibilidade de adaptação para o ensino remoto, envolvendo também a família. A não presencialidade, pelos relatos das professoras, não as impede de propor

⁴ Instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, e conduzida pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf).

jogos e brincadeiras envolvendo conhecimentos da alfabetização. São citados jogos como trilha, bingo, batalha de palavras, trinca mágica, jogo da memória, entre outros, incluindo aí os jogos em plataformas online. (ANDRADE, et al., 2021).

Um dos principais recursos utilizados no ensino remoto, foi a utilização de meios de comunicação atuais. O relatório técnico da primeira fase na pesquisa Alfabetização em Rede (EM REDE, 2020) apontou:

A principal preocupação das professoras participantes da pesquisa baseia-se em “conseguir que os alunos realizem as atividades”, com 57% de respostas. Diante disso, vemos a proliferação de estratégias mobilizadas pelas docentes para acessar suas turmas. São recorrentes a criação de grupos de WhatsApp com as famílias dos alunos para o envio e a devolução de materiais, a postagem de atividades em pastas de compartilhamento e sincronização de arquivos ou publicações no site da escola, aulas em sites de vídeo chamadas, o uso do livro didático, a impressão e a entrega de materiais impressos para alunos sem ou com pouco acesso à internet e aos dispositivos digitais. O relatório técnico Alfabetização em Rede (EM REDE, 2020) aponta o uso do WhatsApp por 71,58% das entrevistadas e o envio de atividades impressas é indicado por 55,89%.

Ainda que a criança esteja geograficamente distante, há a necessidade das intervenções didáticas dos professores alfabetizadores nesse contexto, qual seja ensino remoto. É certo que os professores assumiram um desafio em propor situações didáticas na modalidade remota, de modo a assegurar a imersão cultural no ensino, através da participação efetiva em práticas sociais de leitura e escrita que potencializem as relações entre os professores, os estudantes e os objetos socioculturais.

Os autores Jesus et al., (2021), afirmam:

É inegável o esforço feito pelos professores em diferentes espaços e por diferentes meios para garantir aos estudantes o acesso ao conhecimento historicamente construído pela humanidade. A alfabetização é sem dúvida o mais escolar de todos os conhecimentos historicamente construídos e compreendemos que deve servir como passaporte para o ingresso do sujeito, como protagonista, nas culturas escritas. Neste sentido, apesar do esforço dos professores, não podemos recorrer a práticas pedagógicas como as que propõem as cartilhas para dar conta deste conhecimento, visto que este modelo já nos mostrou um cenário de fracasso na aprendizagem da leitura e da escrita. (JESUS et al., 2021)

Seguindo a mesma linha de raciocínio, uma pesquisa realizada por alunos da PUC – Campinas, onde abordaram a alfabetização e o ensino remoto emergencial, mediante as possibilidades e dificuldades do trabalho pedagógico, trouxeram à tona algumas considerações:

Os desafios diante do ensino remoto emergencial foram imensos e escancaram as enormes desigualdades sociais do nosso país. Lamentavelmente, houve crianças e famílias que ficaram completamente sem contato com seus professores por mais de um ano. Por outro lado, a

experiência vivida mostrou que a tecnologia é uma aliada e pode contribuir muito para as significações construídas nas relações entre as crianças e a linguagem escrita (TASSONI, 2021).

Conforme estudo realizado por CARDOSO et al., (2021), os desafios no processo de ensino e aprendizagem são fatores que se entrelaçam, visto que a interação passa a ser mediada por equipamentos digitais, os quais nem sempre são presentes ou são condizentes com as necessidades; a dependência do apoio da família, que as vezes não possui condições de prestar auxílio devido à falta de conhecimentos, habilidades ou até mesmo tempo; e o próprio desempenho do corpo docente, que se vê impelido a aprender e viabilizar uma prática que oportunize a aprendizagem dos estudantes em um contexto de emergência e com dificuldades de diversos tipos, como o domínio tecnológico e infraestrutura em seu ambiente doméstico, que se confunde com o espaço de trabalho (CARDOSO et al., 2021).

O ensino remoto tem seus pontos positivos, visto que contribuiu com esse período de forma significativa, porém, também trouxe consigo enormes desafios e dificuldades para a necessidade apresentada, uma vez que não eram todos os alunos que tinham acesso à internet, nem todos os pais e responsáveis que conseguiam ser presentes nessa fase e principalmente, uma enorme dificuldade inicial para os professores, que tiveram que dominar ativamente não somente as competências digitais, mas também a capacidade de mudar o ritmo e estilo de vida de maneira rápida e eficaz.

DESAFIOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO – BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DUAS PROFESSORAS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é o documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica no Brasil. O documento foi implementado em 2017 e é obrigatório para todas as escolas públicas e privadas do país. A BNCC busca garantir uma educação de qualidade e equidade para todos os estudantes, independentemente de onde vivam ou estudem.

A última versão foi entregue ao CNE em 06 de abril de 2017 e homologada pelo MEC:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais

que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. (Brasil, 2015).

Sendo assim, a BNCC é um documento normativo que desde a sua aprovação pelo Ministério da Educação vem orientando a formulação dos currículos e das propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas.

Já a aprendizagem é o processo pelo qual adquirimos novos conhecimentos, habilidades e valores. Ela ocorre por meio da interação entre o indivíduo e seu ambiente, seja ele físico, social ou cultural. A aprendizagem pode ser dividida em diferentes tipos, como a aprendizagem cognitiva (relacionada aos processos mentais), a aprendizagem afetiva (relacionada às emoções) e a aprendizagem psicomotora (relacionada à coordenação motora).

Sendo assim, a BNCC tem como objetivo garantir que todos os alunos desenvolvam as competências e habilidades necessárias para se tornarem cidadãos críticos, criativos e autônomos. Para isso, ela estabelece um conjunto de objetivos de aprendizagem que devem ser alcançados em cada etapa da educação básica. Ao seguir a BNCC, as escolas podem garantir que seus alunos estejam aprendendo o que é essencial para sua formação integral, além de permitir uma avaliação mais justa e precisa do desempenho dos estudantes.

A BNCC estabelece dez competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, como a valorização da diversidade cultural e o exercício da cidadania. Além disso, ela define habilidades específicas para cada área do conhecimento, como a capacidade de interpretar textos e resolver problemas matemáticos. Suas competências e habilidades estão alinhadas com as demandas da sociedade contemporânea e buscam preparar os alunos para enfrentar os desafios do mundo atual e futuro.

Para implementar a BNCC na prática, as escolas precisam adaptar seu currículo e metodologias de ensino às competências e habilidades definidas no documento. Isso requer um planejamento cuidadoso e uma formação adequada dos professores. Além disso, é importante envolver os alunos no processo de aprendizagem, incentivando a participação ativa e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Portando, a BNCC estabelece um conjunto de objetivos claros e essenciais que devem ser alcançados em cada etapa da educação básica, permitindo uma avaliação mais justa e precisa do desempenho dos estudantes, além de contribuir para a formação de cidadãos críticos, criativos e autônomos, capazes de enfrentar os desafios do mundo atual e futuro. Ela também promove a valorização da diversidade cultural e o respeito aos direitos humanos, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A BNCC compreende a alfabetização como sendo um processo que permite a criança codificar e decodificar os sons da língua em material gráfico, ou seja, nas letras. Para isso, ela precisa conhecer o alfabeto, ter consciência fonológica e desenvolver a mecânica de escrita e leitura.

Em relação aos professores, estes tiveram rapidamente, que se adaptar ao novo modelo de ensino remoto, utilizando o virtual.

A internalização da escrita pela criança, não deve acontecer de forma mecânica, em somente reconhecer letras e sons, mas a leitura e escrita precisa ter um significado para a criança e ser usada nas práticas sociais da criança, como ler histórias, um bilhete, carta, nome de ruas, de ônibus. (SOARES, 2020; 2021).

Portanto, muitos professores precisaram se ressignificar para utilizarem práticas pedagógicas adaptadas, mais atrativas e dinâmicas, com jogos e brincadeiras, despertando o interesse dos alunos.

O ciclo de alfabetização é uma etapa fundamental no processo educacional, pois é nessa fase que a criança aprende a ler e escrever. É importante ressaltar que essa etapa não se resume apenas à decodificação de letras e palavras, mas também ao desenvolvimento da compreensão textual e da capacidade de produzir textos coerentes e coesos.

Nesse contexto de isolamento, algumas famílias/responsáveis assumiram o papel de educador, trabalhando juntamente com os professores, fazendo com que a vivência nesse período para criança fosse mais proveitosa.

Segundo o relato da **docente (A)**, *“a fase do ciclo de alfabetização dos alunos é uma fase de extrema importância na vida escolar, visto que a escola é um lugar de convivência social fundamental para as crianças”*. Diante disso, e frente a realidade da pandemia, as dificuldades enfrentadas por ela foram inúmeras, sendo elas: *“famílias que não possuíam internet e falta de aparelho celular adequado para o uso dos alunos. Além da necessidade de realizar modificações desde o planejamento até*

a execução das atividades, faltando muito apoio das famílias nesse período, o que dificultou o aprendizado”.

Para Freire (1983) a alfabetização é um ato criador, no qual o analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever, preparando-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler.

Além disso, o ciclo de alfabetização tem um papel crucial na formação do indivíduo como cidadão crítico e participativo na sociedade. A partir do momento em que a criança se torna capaz de ler e interpretar diferentes tipos de texto, ela passa a ter acesso a informações e conhecimentos que antes lhe eram restritos, o que contribui para sua formação pessoal e social.

Conforme a **docente (B)**, *“muitas crianças não conseguiram acompanhar as vídeo-aulas, não tiveram acesso as apostilas fornecidas pela escola e como consequência não conseguiram desenvolver as habilidades e adquirir os conhecimentos básicos necessários, devido à falta de acompanhamento dos responsáveis”.*

Portanto, as características do ciclo de alfabetização incluem a utilização de metodologias que incentivam o desenvolvimento da leitura e escrita, a valorização do conhecimento prévio dos alunos e a adaptação às diferenças individuais de cada estudante.

Por fim, as professoras que participaram da pesquisa afirmaram que a interação através de vídeo aulas não foram totalmente eficientes para o processo de alfabetização, uma vez que esses recursos não atingem a todos, ficando impossível de obter êxito total para se consolidar a alfabetização

Por todos esses aspectos, percebemos que a alfabetização dentro de instituições de ensino da rede pública de Várzea Grande - Mato Grosso, durante o ano de 2020, foi particularmente divergente dos anos decorridos anteriormente. Entende-se isso, pois após ler as respostas obtidas através dos questionários, em combinação com a teoria e pensamentos de autores clássicos e modernos, juntamente às nossas reflexões, constatamos que a educação ao longo da pandemia da Covid-19 necessitou sofrer adaptações para que seus estudantes fossem contemplados e mesmo com suas adaptações, tivemos uma grande diferença nos níveis de ensino após esse ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, entende-se que o mundo mudou com a pandemia do COVID-19 em vários aspectos. E observamos diante da problemática: “Quais desafios enfrentados por professoras no processo de alfabetização de crianças durante o contexto pandêmico?”, compreende-se que passamos por uma crise sanitária que afetou todas as esferas da nossa sociedade, e referente a educação, o professor teve de se reinventar e inovar suas aulas, para dar conta dos compromissos profissionais e atender as necessidades do ensino e da aprendizagem dos alunos. E referente aos alunos, eles tiveram que se adaptar a uma nova realidade de aprender, o que afetou todas as faixas etárias.

Aliadas à pandemia surgiram várias polêmicas que abalaram o ensino presencial, assim substituído pelo ensino remoto, fazendo com que este “novo” modelo atingisse diferentes fatores envolvendo professores e estudantes, portanto, a pandemia do COVID-19 alterou as atividades escolares e a forma que os estudantes e o professores veem a educação, além do aumento da cultura digital, em função da urgência do momento.

Esse período e essa nova realidade, nos trouxe a certeza de que a alfabetização fora do ambiente escolar só terá êxitos se os pais e/ou responsáveis ajudarem nesse processo de ensino aprendizagem, pois a educação para ser efetivada, exige uma participação de todos os envolvidos: família, escola, professores e alunos.

Em termos gerais se espera que a criança esteja alfabetizada aos oito anos de idade e que tenham habilidades e competências para tal, tais como leitura e escrita e contato com diversos gêneros textuais, suporte em diversos contextos socialmente. E através dos dados coletados observamos que com o ensino remoto, muitas crianças em fase de alfabetização não conseguiram efetivar de forma concreta o aprendizado, por motivos como: não terem acesso à internet, não possuírem aparelhos eletrônicos em casa, a falta de motivação das crianças, a falta de auxílio da família nesse processo, tornando-se inviável a efetivação da alfabetização.

Outro aspecto importante no período pandêmico foi a estruturação das secretarias de educação em atender a demanda enfrentada no momento, que também apresentou dificuldades em se adaptar àquela realidade, desde fornecer o atendimento adequado para as crianças à apoio formativo e técnico aos docentes que utilizaram de recursos pessoais para não deixar de atender as crianças. Esse contexto

trouxe novos desafios as secretarias de educação evidenciando a necessidade de políticas públicas que invistam na formação de professores para o uso de recursos tecnológicos, bem como, as escolas com equipamentos necessários, frente a nova realidade digital que permeia a escola.

Sendo assim, após a observação dos aspectos analisados, percebemos que a pandemia da Covid-19 trouxe diversas dificuldades para o mundo todo, em diversos aspectos, porém, ao tratar do tema educação, entendemos que muitas foram as perdas como, por exemplo: conhecimento, socialização, afeto, tornando-se um processo para todas as crianças.

Por fim, compreendemos que a educação também passa mudanças, que ditarão novos processos de ensino e aprendizagem. Em suma, são evidentes os desafios e as contribuições que a pandemia trouxe para a educação. Se faz necessário mais pesquisas no sentido pós-pandemia para identificar as especificidades educacionais deste período e examinar possíveis lacunas. Dessa forma, novos projetos de intervenção poderão ser criados e implementados, o que beneficiará o progresso da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos; PICCOLI, Luciana; SPERRHAKE Renata. **Conhecimentos e estratégias didáticas para alfabetização no ensino remoto: Uma análise a partir dos grupos focais da pesquisa alfabetização em rede**. ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação 9073 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021), 2021.

BACICH, Lilian, MORAN, José, **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórica-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BNCC. **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades>> Acesso em: Maio de 2023.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: Maio de 2023.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski; BERTOLDO, Sandra Regina Franciscatto; RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi. **Alfabetização na pandemia: desafios**

apontados por professoras. 9154 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021) ISSN: 2447-2808. UFMT/Campus de Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso, 2021.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIEFENBACH, Julia. **Déficit de alfabetização aumenta na pandemia; entenda causas e consequências,** 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/04/19/deficit-de-alfabetizacao-aumenta-na-pandemia-entenda-causas-e-consequencias/>. Acesso em: Maio de 2023.

IBGE. **Um em cada cinco brasileiros não tem acesso à internet,** segundo IBGE, 2021. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-04/um-em-cada-cinco-brasileiros-nao-tem-acesso-internet-segundo-ibge#:~:text=Quase%2040%20milhões%20de%20brasileiros,feira%20\(14\)%20pelo%20IBGE](https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-04/um-em-cada-cinco-brasileiros-nao-tem-acesso-internet-segundo-ibge#:~:text=Quase%2040%20milhões%20de%20brasileiros,feira%20(14)%20pelo%20IBGE). Acesso em: Maio de 2023.

JESUS, Mariana Santos de; SOUZA, Claudia da Hora; ZEN, Giovana Cristina. **As intervenções didáticas das professoras alfabetizadoras em contextos de ensino remoto.** 10070 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021) ISSN: 2447-2808. 2021.

LEÃO, Lourdes Meireles. **Metodologia do Estudo e Pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MESENBURG, Fernanda Arndt; PORTO, Gilceane Caetano; HIRDES, João Carlos Roedel. **A implantação da PNA em tempos de educação remota.** 9991 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021) ISSN: 2447-2808. UFPel - Universidade Federal de Pelotas, 2021.

MORAIS, Artur Gomes de. **Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019.** Revista Brasileira de Alfabetização, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: [hZps://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357](https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357). Acesso em: Maio de 2023.

SILVA, Bianca. **Diferença entre ensino remoto, o EAD e o ensino híbrido.** UNIMESTRE. Disponível em: <https://www.unimestre.com/diferenca-entre-ensino-remoto-o-ead-e-o-ensino-hibrido/>. Acesso em: Maio de 2023.

SILVEIRA, Débora, Córdora, Fernanda. A pesquisa científica. Unidade 2. IN: GERHART, Tatiana, SILVEIRA, Denise, **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre, UFRGS, 2009.

TASSONI, Elvira Cristina Martins. **A alfabetização e o ensino remoto emergencial: as (im) possibilidades do trabalho pedagógico.** 9207 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021) ISSN: 2447-2808. PUC/CAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2021.